NACIONAL

STJ autoriza quebra de sigilo de Arruda e aliados
Além do governador do DF, lista inclui empresas e ONGs ligadas ao mensalão do DEM PÁG. A8

GOVERNO

Lula vai reeditar Plano de Direitos Humanos para tentar contornar crise

Em vez de 'aprova', presidente 'torna público o programa'; ordem também é para abrandar Comissão da Verdade

Leonencio Nossa
Vannildo Mendes
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu fazer uma mudança no texto do decreto que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos para tentar contornar a crise instalada dentro e fora do governo por causa do seu conteúdo. A solução encontrada é reeditar o texto substituindo a expressão "aprova" por "torna público o programa". De acordo com assessores diretos de Lula, com isso o governo apenas daria publicidade ao plano, deixando de encampar suas partes consideradas radicais ou polêmicas.

Paralelamente, Lula ordenou que o plano fosse amenizado. A ideia é abrandar, por exemplo, a Comissão da Verdade – que analisará casos de tortura e execução sumária nos anos da ditadura (1964-1985). Em meio à troca de ataques entre setores das Forças Armadas e dos direitos humanos, o presidente deixou claro que há capítulos negociáveis, como aqueles que podem sugerir revisão da Lei de Anistia, controle da mídia e descriminação do aborto.

A assessores, Lula disse que pretende "encerrar" o capítulo principal da crise com o enquadramento dos ministros Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos). Hoje, às 9 horas, Lula recebe os dois ministros para discutir as mudanças. Ambos estiveram no início de ontem no Centro Cultural Banco do Brasil, sede provisória da Presidência, e fizeram uma prévia do encontro. Por uma hora e meia, debateram os pontos de divergência.

CONSENSO

Lula, que tinha um compromisso fora, não chegou a recebê-los. A expectativa do presidente é que os ministros chegassem a um consenso para encerrar, hoje, a primeira crise do governo do ano. No CCBB, Vannuchi ainda teve uma rápida conversa com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

> **Ordem é para aliviar trechos que podem sugerir controle social da mídia**

No capítulo do programa sobre a mídia, a orientação de Lula é para abrandar trechos que podem sugerir controle social dos veículos de comunicação. O próprio ministro Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social, já manifestou em conversas com o presidente e colegas de governo ser contra a ideia de "controle". O texto do Programa Nacional de Direitos Humanos não usa essa palavra, mas entre as propostas está a criação de um ranking para apresentar veículos de comunicação que promovem ou violam os direitos humanos.

O programa foi instituído no último dia 21, por um decreto assinado pelo presidente, e propõe uma série de projetos de lei para ser enviados ao Congresso. Mudanças no programa podem ser feitas nos textos desses projetos ou no próprio decreto.

Na avaliação do Planalto, houve exagero na polêmica sobre a instalação do grupo para investigar os crimes do regime militar. Assessores do presidente observam que a comissão terá representantes do Ministério da Defesa e que Jobim não se opõe à essência da Comissão da Verdade.

DIRETRIZES

Lula e sua equipe avaliam que o texto não deixa margens para uma revisão da Lei de Anistia. O presidente, no entanto, pretende ouvir Vannuchi e Jobim para avaliar as diretrizes do programa de "revogação de leis remanescentes do período 1964-1985 que sejam contrárias à garantia dos direitos humanos" e "eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais". Na leitura de setores das Forças Armadas, esses pontos tratam da Lei da Anistia, promulgada em 1979, em pleno regime militar.

O governo reconhece que os "traumas" do período da ditadura militar manterão sempre aceso o debate sobre as violações aos direitos humanos especialmente nos anos 1970. A orientação do presidente é que uma Comissão da Verdade tenha por finalidade revelar a história do Brasil, segundo um assessor. O Planalto também avalia que boa parte do programa foi proposta no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). ●

POLÊMICA

Temas em discussão

Depois da onda de críticas da sociedade, governo começa rever trechos do PNDH

	O que diz o PNDH3	Polêmicas	Reação do governo
Aborto	Apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos	Igreja católica é contra	Pediu revisão do trecho que descriminaliza o aborto
Tortura	Designar grupo de trabalho para elaborar projeto de lei que institua Comissão Nacional da Verdade, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política no período de 1964-1985	A Criação de uma Comissão da Verdade provocou reação contrária das Forças Armadas. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, ameaçou pedir demissão. O ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, a favor do texto, diz que assunto não é negociável e também ameaçou se demitir caso governo retire a proposta	Chamou os dois ministros para conversar sobre a polêmica em torno do assunto. Deve manter a comissão, mas pode recuar e trocar o termo 'repressão política' por 'conflitos políticos'
Símbolos religiosos	Desenvolver mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União	Igreja católica é contra	Não se manifestou sobre o tema
União de homossexuais	Apoiar projeto de lei que dispõe sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, assegurando os reflexos jurídicos deste ato	Igreja também é contra	Também não se manifestou sobre o assunto
Mídia	Instituir critérios editoriais para criar um ranking de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de direitos humanos, assim como dos que cometem violações	Entidades se manifestaram contra, alegando violação à liberdade de imprensa. "A ideia de instâncias e mecanismos de controle de informação não é democrática e sim flagrantemente inconstitucional"	Foi aconselhado a amenizar o capítulo referente à mídia
Conflitos de terra	Assegurar a criação de marco jurídico brasileiro na prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, garantindo o devido processo legal e a função social da propriedade	O ministro da Agricultura pediu revisão do trecho referente às invasões de terra que, segundo ele, provoca 'insegurança jurídica no setor'. Já o ministro do Desenvolvimento Agrário afirmou que o plano combate a violência	Ainda não se manifestou sobre o tema

FHC também enfrentou resistência de militares

Roldão Arruda

Luiz Inácio Lula da Silva não é o primeiro presidente a enfrentar resistências dos militares em questões relacionadas a direitos humanos. Seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, também teve de lidar com o problema. A diferença entre os dois talvez esteja na maneira de agir.

Em 1995, no primeiro ano de governo, Fernando Henrique teve o cuidado de se reunir informalmente com seus ministros militares para dizer-lhes que pretendia promover reparações no caso das pessoas mortas, desaparecidas, torturadas ou presas na ditadura. Como não existia o Ministério da Defesa, a reunião ocorreu na casa do ministro da Marinha, almirante Mauro Pereira.

O presidente contou-lhes sua própria história de perseguido político, explicou que a reparação não era uma questão política e sim de direitos humanos e, por fim, anunciou que criaria uma comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos e iniciaria um processo de reparações. O episódio está narrado no livro de memórias *A Arte da Política: A História que Vivi*. Segundo o relato, a reunião terminou em clima cordial. Os ministros "não opinaram, já que era decisão tomada por seu chefe, mas receberam-na com naturalidade".

Apesar da precaução, quando foi anunciado o pagamento de indenizações às famílias das vítimas, houve reações. O ministro da Marinha, o anfitrião do encontro com o presidente, criticou publicamente a iniciativa.

Na mesma época, ao discursar para oficiais do Exército, Fernando Henrique disse que não pretendia ir além dos limites da Lei da Anistia – o que implicava não investigar as responsabilidades sobre as mortes ocorridas na ditadura – como propõe agora o presidente Lula.

A cientista política Glenda Mezaroba, autora de uma tese sobre o ajuste de contas entre Estado e vítimas da ditadura, lembra que as pressões sobre Fernando Henrique ocorreram justamente às vésperas do lançamento do 1º Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996. "O momento é outro", diz ela, "mas a polêmica de agora mostra que ainda não avançamos muito nessa questão." ●

Discurso em Chapultepec expõe contradição

Em 2006, Lula disse que povo identifica 'verdades' e 'mentiras' na imprensa

A proposta, apresentada na terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos, de se instituir "um ranking nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de direitos humanos, assim como os que cometem violações", não combina com o que presidente Lula disse em 2006, ao assinar a Declaração de Chapultepec – documento elaborado em 1994 pela Sociedade Interamericana de Imprensa, com o objetivo de difundir a importância da liberdade de imprensa.

Na ocasião, o presidente disse que a população sabe diferenciar 'verdades' e 'mentiras' veiculadas na imprensa. "Temos que acreditar que esse povo por si só consegue fazer uma diferenciação daquilo que é correto daquilo que não é correto, daquilo que ele acha que é verdade e daquilo que acha que é exagero", afirmou. Em outras palavras, o povo não precisaria de mecanismos especiais para controle da mídia.

Para o professor e consultor Carlos Alberto Di Franco, diretor do Master em Jornalismo, qualquer proposta de controle dos veículos de comunicação contraria a Declaração de Chapultepec. "Eu conheço bem aquele documento. O cerne da declaração é a defesa, sem meias tintas, da liberdade de imprensa e de expressão. O programa apresentado pelo presidente Lula contraria frontalmente esse princípio." Defensores do programa de Lula contra-argumentam que o ranking não implicaria controle e estimularia o respeito aos direitos humanos. Lembram que a Agência de Notícias dos Direitos da Infância monitora a mídia no que se refere aos direitos da criança e aos direitos humanos.

Para os críticos, não se pode esquecer que a Andi não é um órgão do governo, mas sim uma organização da sociedade civil.

Ontem, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) divulgou em seu site na internet o texto de um estudo sobre as questões da comunicação nos três programas de direitos humanos já feitos. O autor, Rogério Tavares, especialista em direito internacional, observa que a ideia do acompanhamento da mídia não foi criação do ministro Paulo Vannuchi. Ela já aparecia no primeiro plano, de 1996. ● R.A.

➡ **Mais informações** na página A6